



MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ESTADO DO PARANÁ

TESTE SELETIVO Nº 07/2022

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 04.07/2022

O Prefeito do Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, Sr. MARCIO ANDREI RAUBER, por meio de suas atribuições legais, torna público:

TORNA PÚBLICO

I – O **GABARITO** da prova escrita e o respectivo caderno de provas do **TESTE SELETIVO** para preenchimento de vagas e cadastro reserva de **ESTAGIÁRIO**, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no respectivo Edital, conforme segue:

	A	B	C	D	E
1)		X			
2)				X	
3)				X	
4)				X	
5)			X		
6)					X
7)					X
8)		X			
9)			X		
10)	X				

TESTE SELETIVO Nº 07/2022

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA

Nome: _____

RG: _____

Instruções

- O candidato deve **escrever o seu nome e o número do seu RG** no espaço indicado acima desta folha e nos cartões de resposta.



MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

ESTADO DO PARANÁ

- O candidato recebe neste momento, o presente **caderno de prova**, e os **cartões de respostas** para assinalar a resposta das questões objetivas e redigir a resposta da questão discursiva.
- Verifique se este caderno contém 10 questões objetivas e 01 discursiva. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- O campo em branco ao final deste caderno de prova, poderá ser utilizado como rascunho do candidato, podendo ser destacado em sua marcação e levado consigo ao final da prova.
- Observe que o tempo de duração da prova é de 02 horas, incluído neste, o tempo para preencher corretamente a folha de respostas.
- O tempo mínimo para deixar o local de provas é de 30 (trinta) minutos.
- Ao terminar a prova, o candidato deve entregar ao fiscal o **caderno de prova** e os **cartões de respostas das questões objetivas e discursiva**.
- O caderno de prova será disponibilizado na internet juntamente com o gabarito das questões.
- Caso o candidato queira levar o seu caderno de prova, deverá se ausentar da sala somente nos últimos 30 minutos de prova.
- Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão permanecer juntos, na sala, sendo liberados somente após a entrega das provas, os cartões respostas e a assinatura da ata.

QUESTÕES OBJETIVAS

01) Relativo ao Poder Constituinte Originário é correto afirmar:

- a) É limitado apenas pelas cláusulas pétreas da Constituição Federal.
- b) É inicial, autônomo e incondicionado.
- c) Pode ser denominado também como poder reformador.
- d) Se corporifica geralmente por meio do instrumento chamado Emenda à Constituição.
- e) É também identificado pela doutrina como Poder Constituinte constituído.

02) O direito de propriedade:

- I – É garantido pela Constituição, mas a propriedade deve atender à sua função social;
 - II – Assegurado pela Constituição, não impede a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social para fins de reforma agrária, sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro;
 - III – Assegura ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, nas hipóteses de requisição de uso de sua propriedade por autoridade competente, no caso de iminente perigo público.
- a) Apenas I está correta;
 - b) Todas estão corretas;
 - c) Apenas os itens I e II estão corretos;
 - d) Apenas os itens I e III estão corretos
 - e) Todas estão incorretas.

03) Mutação constitucional  :

- a) O mesmo que reforma da constitui o.
- b) O mesmo que emenda da constitui o.
- c) O processo não-formal de mudança de constitui o flexível.
- d) O processo não-formal de mudança de constitui o rígida.
- e) O processo formal de altera o do texto constitucional.



MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

ESTADO DO PARANÁ

04) Assinale a opção correta:

- a) A Constituição enumera, de forma taxativa, no seu Título sobre Direitos e Garantias Fundamentais, os direitos individuais reconhecidos como fundamentais pela nossa ordem jurídica.
- b) As garantias constitucionais do direito adquirido e do ato jurídico perfeito não constituem cláusulas pétreas.
- c) Os direitos individuais fundamentais, por serem considerados cláusulas pétreas, somente podem ser abolidos ou modificados por meio de Emenda à Constituição.
- d) O mandado de segurança, o habeas corpus e o mandado de injunção são instrumentos processuais que compõem o grupo das garantias constitucionais.
- e) A casa é asilo inviolável do indivíduo. Por isso, nela ninguém pode penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou para prestar socorro, ou, de dia ou à noite, por determinação judicial.

05) Em ação interposta junto ao STF, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5766, a Procuradoria Geral da República (PGR) questiona pontos da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) que estabelecem a necessidade de pagamento de honorários periciais e advocatícios pela parte derrotada (honorários de sucumbência), mesmo que esta seja beneficiária da Justiça gratuita. Também é alvo da ação dispositivo no qual se estabelece pagamento de custas pelo beneficiário da Justiça gratuita que faltar injustificadamente à audiência de julgamento. O pleito da PGR objetiva que o STF realize, sobre as normas questionadas, um controle:

- a) Concreto e difuso.
- b) Abstrato e difuso.
- c) Abstrato e concentrado.
- d) Prévio.
- e) Difuso e concentrado.

06) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) As funções de confiança devem ser exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargos efetivos.
- c) Compete privativamente ao chefe do poder executivo a iniciativa de lei que disponha sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta.
- d) O Supremo Tribunal Federal entendeu que, enquanto não disciplinado em lei o direito de greve do servidor público civil, aplica-se, no que couber, a Lei 7.783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve na iniciativa privada.
- e) Os cargos de provimento em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, serão providos por pessoal estranho ao quadro funcional, vedada a designação de servidor de carreira para o exercício deste cargo.

07) O atributo da imperatividade garante que os atos administrativos obrigacionais sejam:

- a) Revogados pela própria Administração, em razão de seu poder de autotutela.
- b) Executados pela própria administração pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- c) Considerados verdadeiros e conforme o ordenamento jurídico.
- d) Convalidados ante a constatação de sua nulidade absoluta, com efeitos ex nunc.
- e) Impostos a terceiros, independentemente de sua concordância.



MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON **ESTADO DO PARANÁ**

08) Assinale a alternativa correta:

- a) Consideram-se bens dominicais todas as coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, utilizadas pela administração pública para realização de suas atividades e consecução de seus fins.
- b) Os bens de uso comum do povo são aqueles que se destinam à utilização geral pelos indivíduos e podem ser federais, estaduais ou municipais.
- c) São bens patrimoniais disponíveis os de uso especial, que, entretanto, só podem ser alienados nas condições que a lei estabelecer.
- d) Diz-se afetado o bem utilizado para determinado fim público, desde que a utilização se dê diretamente pelo Estado.
- e) Os bens de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais têm como característica a inalienabilidade e, como decorrência desta, a imprescritibilidade, a impenhorabilidade e a impossibilidade de oneração.

09) A responsabilidade objetiva do Estado, em última análise, resulta na obrigação de indenizar, quem tenha sido vítima de algum procedimento ou acontecimento, que lhe produza alguma lesão, na esfera juridicamente protegida, para cuja configuração sobressai relevante haver:

- a) Ausência de culpa do paciente.
- b) Culpa ou dolo do agente causador.
- c) Nexo causal entre aquele comportamento e o dano causado.
- d) Prova de ilicitude desse acontecimento danoso.
- e) Prova de falta ou deficiência do serviço que causou o dano.

10) Leia a seguinte situação hipotética: Em razão de período de fortes chuvas, o Governador do Estado do Amapá decretou estado de calamidade pública em determinados municípios. Em razão desse decreto, as autoridades competentes desses municípios passaram a realizar contratações sem prévio procedimento licitatório, com o fim de adquirir bens necessários para socorrer os desabrigados, como remédios, gêneros alimentícios, colchões e agasalhos. Nesse caso, os municípios:

- a) Estão se utilizando de hipótese legal de dispensa de licitação.
- b) Estão proibidos de realizar licitação, em razão do estado de calamidade.
- c) Estão se utilizando de hipótese legal de inexigibilidade de licitação.
- d) Deveriam utilizar licitação simplificada, na modalidade pregão, para realizar tais contratações.
- e) Não eram obrigados a realizar licitações, ainda que não houvesse situação de calamidade pública, pois tal obrigação atinge apenas entidades de maior vulto, como a União e os Estados.

QUESTÃO DISCURSIVA

01) Atualmente, o código penal brasileiro, no seu artigo 128, permite o aborto quando a gestação colocar em risco a vida da gestante e ainda quando o mesmo resultar de estupro, havendo uma terceira hipótese permissiva de aborto, instituída pelo Supremo Tribunal Federal por meio da ADPF 54: feto com anencefalia.

Numa perspectiva dos **direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal**, exponha, em dez a quinze linhas, sobre as hipóteses permissivas do aborto no Brasil, bem como, se posicione contrário ou favorável a legalização geral do aborto.

.....



MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ESTADO DO PARANÁ

II – Conforme item 6.16, do Edital de Teste Seletivo nº 01.07/2022, para a correção da questão discursiva serão considerados os seguintes itens:

1) Argumentos condizentes ao tema proposto (até 4 pontos)

Espera-se que o candidato seja capaz de invocar argumentos que guardem correlação com o tema proposto, abordando a matéria sob diferentes perspectivas, dentre as quais, exemplificativamente:

- a) Direitos e garantias fundamentais;
- b) Dignidade da pessoa humana;
- c) Direito à vida;
- d) Direito à saúde;
- e) Direito à liberdade;
- f) Direito de escolha da mãe;
- g) Direito de escolha do pai;
- h) Preconceito contra a mulher;
- i) Vedação à discriminação;
- j) Tutela dos direitos do feto e do nascituro;

Por se esperar que a resposta contemple múltiplos fundamentos, a pontuação, neste quesito, será atribuída da seguinte maneira:

Quantidade de tópicos, fundamentos ou pontos de vista abordados	Nota
1	1,5
2	3,0
3 ou mais	4,0

2) Clareza na manifestação de ideias (até 4 pontos)

Espera-se que o candidato seja capaz de expor suas ideias sobre o tema de forma clara e objetiva, penalizando-se respostas redundantes, pleonásticas, excessivamente prolixas ou que, por qualquer razão, sejam de difícil compreensão.

3) Coerência nos argumentos (até 4 pontos)



MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON **ESTADO DO PARANÁ**

Espera-se que o candidato traga argumentos coerentes com os pontos de vista ou fundamentos invocados, penalizando-se respostas contraditórias, raciocínios incompletos ou argumentações que não se prestem a defender a posição adotada.

4) Normas ortográficas (até 4 pontos)

Espera-se que o candidato redija sua resposta com atenção às regras ortográficas da Língua Portuguesa, incluindo a grafia correta das palavras, acentuação, sinais de pontuação, emprego correto de letras maiúsculas e minúsculas, formatação de parágrafos e utilização adequada das linhas.

Erros ortográficos serão penalizados, individualmente, com desconto de 0,25 ponto.

5) Caligrafia legível (até 4 pontos)

Espera-se que o candidato redija sua resposta de forma legível e sem rasuras.

Palavras ilegíveis e rasuradas serão penalizados, individualmente, com desconto de 0,25 ponto.

Será atribuída nota ZERO caso a resposta seja ilegível ou quando a quantidade de palavras ilegíveis prejudique irremediavelmente a compreensão da resposta.

III – Os candidatos que desejarem, poderão interpor recurso no horário das 8h00 às 11h30 e das 13h15 às 17h00, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, no prazo de dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da publicação deste gabarito, conforme regulamentado no Edital de Teste Seletivo nº 01.07/2022.

IV - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, em 24 de agosto de 2022.

DANIELE BOHRZ BOFF
Presidente da Comissão Organizadora